

Wellington Trotta

Filosofia

Rio de Janeiro
UVA
2017

Copyright © UVA 2017

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem a prévia autorização desta instituição.

Texto de acordo com as normas do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

ISBN: 978-85-69287-50-6

Autoria do Conteúdo

Wellington Trotta

Projeto Gráfico

UVA

Diagramação

Cristina Lima

Revisão

Janaína Senna

Isis Batista

Clarissa Penna

Lydianna Lima

T858 Trotta, Wellington. Filosofia [livro eletrônico] / Wellington Trotta. – Rio de Janeiro : UVA, 2017.

1,3 MB.

ISBN 978-85-69287-50-6

Disponível também impresso.

1. Filosofia. I. Universidade Veiga de Almeida. II. Título.

CDD – 100

“Receio, porém, que, quando uma pessoa se dedica à filosofia no sentido correto do termo, os demais ignorem que sua única ocupação consiste em preparar-se para morrer e em estar morto! Se isso é verdadeiro, bem estranho seria que, assim pensando, durante toda sua vida, que não tendo presente ao espírito senão aquela preocupação, quando a morte vem, venha a irritar-se com a presença daquilo que até então tivera presente no pensamento e de que fizera sua ocupação!” (PLATÃO, **Fédon**, 64a)

“E também é justo chamar a filosofia de ciência da verdade, porque o fim da ciência teórica é a verdade, enquanto o fim da prática é a ação. (Com efeito, os que visam à ação, mesmo que observem como estão as coisas, não tendem ao conhecimento do que é eterno, mas só do que é relativo à determinada circunstância e num determinado momento). Ora, não conhecemos a verdade sem conhecer a causa.” (ARISTÓTELES, **Metafísica**, 883b)

“Uma opinião é uma representação subjetiva, um pensamento qualquer, uma fantasia que eu posso ter dum modo e outros de outro modo; uma opinião é coisa minha, nunca é uma ideia universal que exista em si para si. Mas a filosofia não contém nenhuma opinião, porque não existem opiniões filosóficas [...] A filosofia é a ciência objetiva da verdade, é a ciência da sua necessidade: é o conceito por conceitos, não é opinar nem deduzir uma opinião de outra.” (HEGEL, **Introdução à história da filosofia**, 1974, p. 51)

“Quem quiser seriamente tornar-se filósofo deve uma vez na vida retirar-se para dentro de si mesmo e em si tentar o derrube de todas as ciências existentes e a sua reconstrução. A filosofia é um assunto inteiramente pessoal de quem filosofa. Trata-se [...] de seu saber em busca do universal — mas de um saber científico genuíno, pelo qual ele desde o início e em cada passo se responsabiliza absolutamente em virtude das suas razões absolutamente evidentes. Só posso tornar-me verdadeiro filósofo pela minha livre decisão de querer viver para este objetivo.” (HUSSERL, **Conferências de Paris**, 1990, p. 10)

RELAÇÕES ENTRE TÉCNICA E SOCIEDADE

No que consiste a sociedade? O que consolida a organização social? O que mantém coesa a sociedade? Qual a natureza da ordem? Por que os homens são capazes de cooperar? Será que a ordem se desenvolveu por intermédio dos padrões sociais que estabelecemos? A desigualdade na sociedade é inerente à natureza da organização? Constatamos que o homem é um ser social, por isso as ciências sociais¹⁴ não estudam o homem a partir do ser individual, mas no seu contexto coletivo, dentro de uma estrutura, e se preocupa justamente com o homem e suas representações coletivas. É importante estabelecer, nesse caso, o que comumente se entende por sociedade e técnica.

Conceito de técnica

A palavra “técnica” tem sua origem no grego *tékhné/τέχνη*, que significa “arte”,¹⁵ “ofício”, “destreza”, “habilidade especial para tratar com objetos”, que pode implicar ou não a criatividade. Assim, do ponto de vista semântico, a técnica é pensada como um:

¹⁴ Por ciências sociais se entende um conjunto de ciências que pertence ao quadro das ciências humanas cuja especificidade é de estudar o homem em uma perspectiva social (sociologia) e política do ponto de vista das instituições políticas, sobretudo o Estado (ciência política), e investigar as condições bioculturais que fazem com que grupos/sociedades vivam de tal maneira e outros vivam de formas diversas (antropologia).

¹⁵ Do latim *ars, artis*, “maneira de ser ou de agir”, “habilidade natural ou adquirida”, “arte”, “conhecimento técnico”. Contudo, arte toma historicamente uma forma de olhar a realidade e interpretá-la. Para muitos estudiosos, ela é a mais sublime das invenções humanas.

[...] conjunto de procedimentos ligados a uma arte ou ciência; maneira de tratar detalhes técnicos (como faz um escritor) ou de usar os movimentos do corpo (como faz um dançarino); jeito, perícia em qualquer ação ou movimento.¹⁶

Dessa forma, pelo menos em alguns aspectos, o conceito atual de técnica ainda guarda alguns elementos da compreensão grega de técnica como arte, apesar de atualmente o entendimento de técnica, de uma maneira geral, estar desvinculado do seu sentido originário de criatividade, em favor de um fazer irrefletido, repetido e “fabricativo”.

Todavia, retomamos o conceito de técnica extraído de *tékhné/τέχνη* com o propósito de destacar os muitos saberes que os homens possuem e como eles os aplicam no cotidiano, portanto o artesão, ao lado do intelectual, é responsável pelas inúmeras transformações que os homens operaram e operam na natureza e no universo cultural, passando pela materialização da sociedade até os nossos dias, diante dos nossos muitos desafios.

As técnicas nasceram das necessidades de os homens solucionarem problemas postos pela natureza, assim como imposições da vida social. Dessa forma, não se separam técnicas da produção e do trabalho; aliás, técnica e trabalho são elementos fundamentais da produção, podendo ser representados da seguinte forma: produção, distribuição e comercialização de bens importantes à manutenção da vida humana, por isso os sistemas produtivos se sucedem historicamente, em virtude de os homens aperfeiçoarem esse determinado conjunto de técnicas.

¹⁶ HOUAISS, 2001.

Segundo esse ponto de vista, o modo de produção capitalista tem representado idealmente os grandes esforços que lá atrás os europeus realizaram quando fizeram a revolução científica a partir do século XVII, impulsionando assombrosamente as mais variadas técnicas, não só produtivas como as imperantes no mundo militar, na esfera naval, nos meios de transporte e comunicação, na maximização da produção até a automatização do trabalho. Não sem motivo que Marx e Friedrich Engels (1820-1895), no **Manifesto comunista**, de 1848, elogiam os maravilhosos feitos da industrialização como etapa superior do modo de produção capitalista, sem olvidar as mazelas que esse modelo produtivo trouxe para o mundo contemporâneo, tornando-se um desafio ao mundo político, com o fim de humanizá-lo.

As técnicas que os homens inventaram e desenvolverem ao longo da história fizeram dele um *homo faber*, um fabricante de casas, móveis, utensílios, relógios, roupas, máquinas e tudo o que está posto como fabricado e fora da natureza por serem objetos da cultura. Se as técnicas são frutos da inteligência humana, elas, ao mesmo tempo desenvolveram e desenvolvem a inteligência humana ao ponto de nos assustarmos com a capacidade do homem de inventar e reinventar-se permanentemente, visto que existem muitas técnicas para lá daquelas comumente conhecidas por meio dos objetos. Nesse caso, referimo-nos às técnicas sociais como a política e o direito, este não só como ciência, mas também como arranjo legislativo em que as leis desempenham função de organização das relações humanas com vista ao mínimo social.

Noção de sociedade

Salvo engano, a sociedade é o palco das vidas articuladas em que as potencialidades dos indivíduos ou são desenvolvidas ou tolhidas, isso conforme os indivíduos se articulam para suprir necessidades e criar as condições imperativas ao bom curso da existência. Nesse caso, Aristóteles está certo ao afirmar que o destino do homem sadio é viver atrelado à cidade, ao universo humano, a não ser que ele fosse um deus ou uma besta (**Ética a Nicômaco**, 1097b – **Política**, 1253a). Esse grande filósofo pondera que a finalidade da vida humana não só é a busca da felicidade pela via do prazer ou da honra, mas a exaltação de uma digna existência vivida por meio da investigação da verdade (**Ética a Nicômaco**, 1177a). A contemplação, nesse caso, consiste na persistente luta por conhecer o destino desse ser que se desvinculou das amarras da natureza para elevar-se à cultura, aos mais altos objetivos, ao mesmo tempo em que construiu estradas pedregosas de sofrimentos impiedosos e estranhos. E nos valem das palavras de Aristóteles ao afirmar que o homem é o melhor dos animais se estiver ao lado da justiça, como também o pior deles se estiver fora dela (**Política**, 1253a).

De acordo com esse raciocínio, Aristóteles mais uma vez acerta em assinalar que o homem é um animal racional em potência porque da cidade ele deve esperar tudo, visto que nela ele desenvolve suas disposições naturais, suas possibilidades, suas qualidades ávidas pela alavanca arquimediana com vista a erguer uma personalidade que se farte de individualidade na perspectiva do coletivo, do social. Assim, a política é chamada para resolver as aporias

das relações sociais e os conflitos que necessariamente nascem por conta dos interesses das individualidades e toda sorte de desejos. Por isso, Aristóteles enfatiza que a vida em sociedade, mais do que um espaço para a convivência, é o universo de pessoas em que se deveria buscar a prática de ações nobilitantes (**Política**, 1281a) por constituírem a essência do ser humano como ser racional que se desenvolve politicamente.

Entretanto, a sociedade também pode ser o ambiente em que se trava uma “guerra de todos contra todos” quando os envolvidos maximizam seus interesses ao cúmulo do individualismo, o que põe em perigo não somente um, mas os muitos ou mesmo todos os indivíduos. A partir disso, Thomas Hobbes (1588-1679) pensou a sociedade organizada por intermédio de um Estado presente e eficiente ao ponto de debelar o medo do conflito por meio de instituições capazes de encetar as condições mínimas de sociabilidade. É verdade, também, que o sistema político pensado por Hobbes está datado comparado aos modelos democráticos vigentes, contudo ele teve a perspicácia de compreender que sem o Estado cairíamos em um estado de natureza em que a guerra entre todos seria certa e permanente.

Hobbes, porém, arguto observador da cena humana e bem mais próximo de nossa realidade, não errou ao ter apreendido de suas análises que o egoísmo está posto como pressuposto da cena quotidiana da vida, e, nesse caso, Hobbes não encontra outro remédio senão um Estado forte a guiar uma sociedade débil em que todos, como átomos sobre ebulição, saem à busca do que mais lhes aprouver. Cremos que Hobbes, na sua obra **Leviatã**, de 1651, está nos

resultado como critério de eficiência, dentro de um planejamento direcionado pelo trabalho humano. Podemos dizer que no mundo contemporâneo tudo está estruturado sob a forma de organizações administrativas, sendo assim burocraticamente mantidas pela necessidade de uma ordem imanente ao sistema de comandos e objetivos. Esses comandos são estruturas coercitivas que podem ou não moldar os indivíduos para diversas direções, sendo umas perversas, outras necessárias, outras sufocantes, outras educativas etc., mas sempre moldantes, porque é da natureza do grupo moldar os indivíduos, por isso o conflito permanente entre indivíduo e indivíduos, indivíduo e sociedade, talvez seja a mola do progresso.

O mito do progresso técnico¹⁹

O mundo no século XXI está incomparavelmente mais rico em sua capacidade de produzir bens e serviços sofisticados. O homem, mais alto e longo, ainda reproduz as mesmas desigualdades sociais, apesar da explosão de tecnologias capturadas pelo capitalismo, que as tomou para fins de alimentação do sistema por meio da acumulação autorreprodutiva.

A automação da técnica quanto aos valores éticos fez com que a informação perdesse o seu sentido, provocando a desmaterialização do mundo social, transformando-o em simulacro. Nestes tempos de “pós-modernidade”, a utopia dos mercados livres e a globalização tornaram “opaco” o

¹⁹ Este tópico, totalmente refeito, foi originalmente publicado no Jornal Tribuna da Imprensa, em 17 abril de 2006.

futuro impenetrável. Novas tecnologias geram produtos de consumo radicalmente novos pela onda de entusiasmo, apoiados e lançados por todos os meios de comunicação, em que novos ícones e heróis “midiáticos” transformam-se em mercadorias, identificados com marcas globais. Tornamos-nos, irrefletidamente, espécie dissipadora de conteúdos em favor do vazio político, a obsolescência que transforma tudo em “quase nada”.

O homem parece ser livre quando faz apenas o que sua razão escolhe, todavia esta precisa ser orientada por valores que não estão mais disponíveis, por isso o progresso tecnológico como necessidade inalienável é o paradigma atual de um sistema integrador e sancionador da dominação técnico-racional de caráter impessoal em que o novo paradigma tecnológico construiu-se, pondo à prova uma renovação de estratégias e mecanismos de supremacia, liderança e hierarquização, redefinindo as condições gerais de hegemonia econômica mundial. Vivemos uma fragmentação permanente de múltiplos significados coletivos em favor de interesses para além do racional, um supraindividualismo destrutivo.

O homem que inicia o século XXI também se sente sem rumo: mitifica o fugaz e o frágil. Os poderes que atuam sobre o destino individual, a mídia e os publicitários, selecionam as imagens daquilo que querem que o mundo venha a ser, especialmente ornado de artifícios sedutores-redutores e, por isso mesmo, mais vulneráveis. A vida nas sociedades atuais tornou-se espetáculo pela representação-degradação do “ser” para o “ter”. Na atual situação das grandes massas excluídas, só resta identificar-se “com

quem parece ter” por meio do espetáculo. Por isso, paradoxalmente, quanto mais se tem, menos se vive; quanto mais aceitamos nos reconhecer nas imagens dominantes da necessidade, menos compreendemos nossa própria existência e nosso próprio desejo. Telefone celular e internet, símbolos da interconectividade, passam a ser condição de felicidade, logo, como dominar o desamparo? Atrás da proclamação da vitória da racionalidade técnica se escondem os interesses econômicos particulares da razão calculista.

Nestes tempos, todas as exaltações são ao individualismo, porque trata-se de uma criação eminentemente ocidental que encontrou sua condição de expansão do “eu” na valorização do êxito individual, em um universo em que as ações voluntárias prevalecem, em princípio, sobre a identificação com a nação, que tende a perder o caráter de sagrado. A nova visão positiva do trabalho favoreceu a distorção de sua dimensão social em favor do individual, submetendo valores a necessidades e interesses. A “sociedade global” acabou personificando, como elemento original, a vitória do indivíduo sobre o conjunto: um sistema social que se sustenta na competição e incertezas em detrimento da cooperação. A solidão e a crise de identidades decorrentes, somadas à falta de referências éticas, forçam o indivíduo a se tornar seu próprio produtor de significados, artesão das representações de seu próprio mundo, cujo vencedor traz em si qualidades naturais que os perdedores não possuem. Espécie de ilusão.

Por fim, o que nos leva a filosofar não é o fato de a filosofia possuir respostas, mas o de sermos, ao mesmo tempo, importunados por questões fundamentais e soluções fá-

ceis, a exemplo do senso comum, pois o servo da ideologia torna-se irresponsável por si mesmo dentro dos seus atos, impulsionado por uma liberdade totalmente ilusória e inconsequente. Hoje o homem é um prisioneiro de suas representações porque se tornou perigoso para si ao perder o princípio da responsabilidade política enquanto existência solidária. Nesse sentido, o princípio da realidade deve combater as utopias forjadas pela inversão do real, pelo fato de a tecnologia não ser um sistema dotado de autonomia, sujeito a escapar de qualquer controle externo, devendo ser submetida a valores políticos consentâneos ao bem-estar de toda a sociedade. Por isso, precisamos de cidadãos esclarecidos e críticos, e não somente de consumidores fascinados, sendo tarefas urgentes identificar e desmontar o mito do progresso técnico independente de valores, assinalando que toda técnica deve estar necessariamente a serviço de todos. Não que a técnica seja ruim em si — pelo contrário, ela é importante, na medida em que facilita a vida cotidiana, possibilitando que deficiências naturais ou adquiridas sejam suplantadas por equipamentos sofisticados, pondo à prova nossa inteligência para resolver problemas. A contradição, contudo, é que esses benefícios necessitem de algo que nem todos têm, o dinamismo da sociedade contemporânea: o dinheiro.

O HOMEM: UMA PERSPECTIVA FILOSÓFICA

Se Aristóteles define o homem como animal racional (**Metafísica**, 980a) e político (**Política**, 1253a), dando um passo gigantesco na reflexão quanto ao fato de que essa racionalidade só pode ser desenvolvida na pólis pela política, Locke, por outras razões, amplia essa ideia, valorando o homem por meio do trabalho, apontando que essa atividade é fonte da riqueza material-espiritual do homem. Por sua vez Marx, em **O capital**, publicado em 1867, absolutiza o homem por meio do trabalho, porquanto é atividade fundamental que modifica a natureza, a sociedade e a si mesmo, ao passo que Henri Bergson (1859-1941) propugna pela ideia de substituir o *homo sapiens* pelo *homo faber*,²⁰ em razão de ser criador de utensílios.²¹

De outra perspectiva, Agostinho (354-430), em sua obra **A cidade de Deus**, livro I, capítulo XX, expõe a importância

²⁰ “Se pudéssemos nos despojar de nosso orgulho, se, para definir nossa espécie, nos ativéssemos estritamente àquilo que a história e a pré-história nos apresentam como a característica constante do homem e da inteligência, talvez não disséssemos *homo sapiens*, mas *homo faber*. Tudo somado, a inteligência, considerada no que parece ser sua manobra original, é a faculdade de fabricar objetos artificiais, em particular utensílios para fazer utensílios, e variar indefinidamente sua fabricação.” (BERGSON, 2005, p. 151).

²¹ Embora simplista, esse itinerário histórico tem apenas um caráter didático para situar o problema, o que nos obriga, ao longo deste livro, a voltarmos ao tema como espiral, retomando e ampliando a sua compreensão, em um processo dialético em que as contradições devem ser explicadas como superação.

do valor da vida dos homens entre si e sua relevância social correspondente ao sentido de responsabilidade própria do homem para consigo e para com o próximo, porque não há autoridade alguma que conceda a um cristão o direito de matar-se voluntariamente, pois, matando-se, faz com que o outro sofra com a sua perda. No **Decálogo**, são apresentados os mandamentos “não matarás” e “não levantarás falso testemunho contra o próximo” relacionados de forma contextual com outro mandamento, presente nos **Evangelhos**, que diz: “amarás o próximo como a ti mesmo”, que enseja que ninguém é menos culpado por crime que comete a si mesmo, visto que o crime é também cometido na pessoa do outro, sendo não somente uma questão individual, mas também social, pois os homens vivem em dependência recíproca, e suas ações interferem em outras vidas e, conseqüentemente na sociedade. Nesse caso, de um ponto de vista transcendente e focado no imanente, o grande filósofo cristão não deixa de pensar o homem em uma relação social, mesmo que neste transitório mundo ao eterno seio de Deus.

Com tudo isso, essas concepções ainda são limitadas porque não puderam atentar, por motivos históricos, ao fato de o homem se constituir como ser cultural — *et culturae* —, um animal que, ao se socializar, como pondera Émile Durkheim (1858-1917), criou para si um complexo sistema de vida que lhe deu uma segunda natureza, ou, como assevera Da Matta (1936, entrevista disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eqsgtA0KhSQ&t=176s>>), sua segunda pele: a cultura. Vale lembrar que cultura não se restringe à ideia de erudição, mas de múltiplos saberes compartilhados que fazem do homem um ser comunitário que trabalha, que se comunica, que fabrica utensílios, que

cria instituições jurídico-políticas, que vai à lua etc., porque, sendo artífice de técnicas para solucionar problemas e criar condições de vida prazerosa, esse ser cultural — *et culturae* — está às turras consigo mesmo por ainda ter muitas etapas a superar para autolegitimar-se como ser racional, político, moral etc. Por outra, tomemos por itinerário reflexivo a influência heideggeriana.

Resta dizer que toda ação humana, seja ela enunciativa, positiva, negativa ou recusadora, só se realiza por meio da liberdade, em meio à qual as possibilidades do homem se apresentam de diversas maneiras a partir deste ou daquele interesse, ou objetivo, ou necessidade livre de compromissos e capaz de apreender a vida em toda sua totalidade. Todavia, para isso, é necessário compreender claramente o sentido da liberdade, mesmo sabendo-se que liberdade e verdade são essenciais uma à outra, não se devendo ignorar que liberdade, mais que um conceito, é uma atitude, um comportamento que não só coloca o homem no centro de suas atenções como o responsabiliza na própria história. Liberdade não é uma ação ou uma inação, ou mesmo um fazer sem qualquer constrangimento; liberdade não implica esta ou aquela negatividade.

A liberdade é deixar que o ser do homem se apresente em sua totalidade, sem que haja a menor interferência do outro sobre ele, deixando-o ser como ele é, não o que queiramos que seja, enquanto ser “descoberto”, “desvelado”, nu para si. Nesse desvelamento da qualidade de ser homem, ele se entrega à possibilidade de se conhecer pela abertura da liberdade, visto que ela não é só uma atitude como também é algo necessário e vital ao conhecimento do homem como ele é na apresentação de si mesmo “no outro”.

Compreendida a liberdade em sua essência igual ao deixar o ser do homem, podemos abordar a verdade enquanto tal, a mesma verdade que compreende como desvelamento a aparição do que está oculto. Nada mais verdadeiro que esta compreensão: a verdade é o desvelamento do ser, a perfeita apreensão da coisa como ela é ao se apresentar em sua totalidade ao homem pela sua abertura à liberdade necessária. A verdade não é algo que seja dado pela aparência; pela aparência temos a dissimulação, em que o ser não é apresentado como ele é, mas sim como queremos, a não verdade, o velamento, o escondido, o encoberto.

A verdade é, essencialmente, a liberdade do homem em “deixar-ser”, é ir ao encontro do “em-si” despido de todo e qualquer preconceito, uma vez que, ao se apresentar em sua totalidade, o homem se desoculta e se mostra perfeitamente no processo contínuo do desvelamento, como se tivesse retirado diversos véus sobre sua cabeça. O ser do homem só pode aparecer em condições substanciais quando compreender que a verdade não é uma simples adequação, mas desvelamento, despir-se, descobrir o véu que impede a clareza e o que está oculto.

O velamento recusa o desvelamento porque recusa propriamente a verdade; sendo assim, o próprio velamento não o admite até como privação, mas guarda para a verdade o que mais lhe diz respeito, como propriedade, como algo característico, peculiar. Por isso, o velamento é pensado do ponto de vista da verdade como desvelamento, como descobrimento, ato de mostrar o que estava velado e guardado da visão por um véu, ou não sem véu, assim a mais própria e autêntica não verdade pertencente à essên-

cia da verdade. Com isso, o velamento do ser em sua totalidade não se sustenta como uma consequência secundária do conhecimento sempre parcelado do homem. O conhecimento do homem é sempre parcelado quando não enseja desvelamento como consequência primária, imediata.

O termo “não essência”, nesse caso, não é um traço de degradação atribuído por nós sobre qual essência é entendida como universalidade ou possibilidade do universal como fundamento. Nesse caso, essência é universalidade ou possibilitação do universal como seu fundamento. A não essência até aqui não é vista como degradação do que consideramos supra, logo a não essência visa tão somente aqui à essência pré-entendida. A não essência designa a deformação da essência já degradada. Em todo caso, a não essência está sempre ligada essencialmente e necessariamente à essência, nunca indiferente. Falar dessa forma de não essência e de não verdade ainda causa espanto, como se fosse um acúmulo de paradoxos. O não da não verdade, da não essência original da verdade, é afastado para o campo ainda não experimentado, o inexplorado da verdade do ser do homem.

A liberdade enquanto um deixar-se no ser do homem é em si mesma uma relação resolvida; enquanto não está fechada sobre si mesma, está aberta, pois a liberdade é a própria condição da abertura, uma vez que tudo se funda sobre essa condição. Na vida, existem questões e complexidades, questões que não surgem da inquietude e não são essenciais, uma vez que somente as questões inquietas nos possibilitam essencialidades, e, fundamentalmente, uma presença peculiar histórica em que o homem se en-

che de si por meio de projetos que justificam uma vida plena de humanidades. Assim, a humanidade enche seu mundo de projetos a partir de suas necessidades.

Essas reflexões, inspiradas no texto **Sobre a essência da verdade**, de Martin Heidegger (1889-1976), publicado em 1943, talvez facilitem uma postura reflexiva ao se retomar a necessária relação entre verdade e liberdade, porque os caminhos postos para escolher opções no nosso presente são visivelmente mal apresentadas, dificultando escolhas. Contudo, depois de uma reflexão necessária, ressaltando que naquela época o filósofo alemão viveu a tragédia da guerra de 1939-1945, cabe-nos o aprofundamento sobre os problemas, não olvidando uma formação teórica que recoloca a liberdade como urgência reflexiva, visto que sempre estamos às voltas com a relação entre verdade e liberdade; relação essa sempre imperiosa, porque a verdade, para ser compreendida, é relevante para que o homem se sinta preso a algo que o ferre e, com isso, obrigue-o a pensar que a essência da liberdade consiste na busca da verdade, assim como a verdade necessita imperiosamente da liberdade como metodologia existencial. Enfim, não se pode escolher uma em detrimento da outra pela tragédia que isso causa em nós mesmos.



REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Boasi. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

AGOSTINHO, S. **A cidade de Deus Contra os pagãos**. Tradução de Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes, 2012, Parte I.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1997.

_____. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 2001.

_____. **Metafísica**. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BERGSON, H. **A evolução criadora**. Tradução de Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CALVINO, J. **A verdadeira vida cristã**. Tradução de Daniel Costa. São Paulo: Novo Século, 2000.

DURKHEIM, Émile. **Regras do método sociológico**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: : entre a facticidade e a validade**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010. v. 1.

HEIDEGGER, M. Sobre a essência da verdade. In: _____. **Conferências e escritos filosóficos**. Tradução de Ernildo Stein. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).

HOBBS, T. **Leviatã**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUISMAN, D. **Dicionário dos filósofos**. Tradução de Claudia Berlinder et al. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. Tradução de Fátima Sá Correia et al. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LOCKE, J. Segundo tratado do governo civil. In: _____. **Carta acerca da tolerância/ Segundo tratado sobre o governo/ Ensaio acerca do entendimento humano**. Tradução. E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril, 1973. (Coleção Os Pensadores).

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Livro I.

ROUSSEAU, J. J. Do contrato social. In: _____. **Do contrato social/ Ensaio sobre a origem das línguas/ Discurso**

sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens/ Discurso sobre as ciências e as artes. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores).

SILVA, B. (Org.). **Dicionário de ciências sociais.** Rio de Janeiro: FGV, 1987. 2 v.

TYLOR, E. **Primitive culture.** London: John Murray, 1920.